

**A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E MUNDO DO TRABALHO  
EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS – BAHIA**

Tatiane da Silva Bispo | Luzia Mota

---

**RESUMO**

Este trabalho faz parte de uma pesquisa qualitativa com elementos quantitativos que tem como objetivo principal descrever as relações entre o arranjo produtivo local da cidade de Santo Antônio de Jesus que se constitui em uma das principais cidades do recôncavo baiano e a oferta de educação profissional realizada por instituições públicas de ensino. O trabalho apresenta resultados parciais sobre a oferta física de matrículas nos cursos técnicos de Comércio e Logística, ambos do eixo curricular de Gestão e negócios. A pesquisa objetiva também apresentar uma imagem do arranjo produtivo Local a partir dos dados do IBGE. A metodologia utilizada foi de análise documental e revisão bibliográfica. Os resultados parciais alcançados pela pesquisa demonstram uma relativa falta de aderência entre as possibilidades econômicas da cidade e a oferta de cursos de educação profissional, além da ausência de políticas públicas que gerem a integração entre o sistema produtivo e o sistema educacional.

**Palavra-chave:** Educação profissional. Arranjos Produtivos Locais. Políticas Públicas em Educação e Emprego. Municípios Baianos.

## A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E MUNDO DO TRABALHO EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS – BAHIA

### INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Governo da Bahia ampliou consideravelmente o número de cursos e vagas na educação profissional da rede pública estadual. Com a ampliação da oferta de cursos, muito tem se questionado a respeito da qualidade da formação técnica que os estudantes têm recebido, e se de fato, estes têm encontrado espaço no mundo do trabalho para aperfeiçoamento e prática dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso.

Esse trabalho se assenta exatamente diante desse quadro de ofertas, em especial, no Território de Identidade<sup>1</sup> do Recôncavo Baiano, no qual está situado o município de Santo Antônio de Jesus, que se destaca nesta região devido ao seu grande comércio, conhecido popularmente como “O Comércio Mais Barato da Bahia”. Assim, este trabalho justifica-se pela importância da educação profissional para a formação e qualificação dos jovens, bem como a inserção destes no mundo do trabalho, tendo por objetivo principal identificar se a oferta de cursos técnicos tem atendido as demandas do sistema produtivo local.

Para estabelecer sustentação teórica à pesquisa empreendida aqui, são utilizados pressupostos oriundos dos estudos sobre Educação Profissional no Brasil, vinculados à concepção de formação integral do sujeito e do trabalho como princípio educativo. Para analisar o arranjo produtivo local de pequenos municípios foram usados os conceitos e metodologia formulados pela REDESIST, uma rede de pesquisa interdisciplinar, criada desde 1997, sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e que conta com a participação de várias universidades e institutos de pesquisa no Brasil (REDISIST, 2015). A pesquisa tem cunho exploratório e a metodologia utilizada foi a análise documental e a revisão bibliográfica. O recorte temporal foi de 5 anos.

Este trabalho foi dividido em três seções, além desta introdução. No próximo item é explicitado o quadro educativo local, com especial interesse para a oferta da educação profissional. Na terceira seção é realizado um diagnóstico sobre o arranjo produtivo local da cidade de Santo Antônio de Jesus e na última parte do artigo são apresentados alguns resultados parciais da pesquisa, bem como as considerações finais.

### 1 O DIAGNÓSTICO EDUCATIVO LOCAL

A visão negativa do trabalho na sociedade brasileira remonta a tradição dualista ocidental. Para essa sociedade, o trabalho, mesmo exercido por pessoas livres, era visto como atividade escrava. Essa escola de pensamento vem sendo combatida por diversos autores que consideram a formação para o trabalho integrada à formação geral a condição para superar a dicotomia histórica no fazer humano que cria sujeitos historicamente compartimentados pela divisão social do trabalho. Na concepção de FRIGOTTO; CIAVATTA e RAMOS, (2005), “*trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado e construir a sua apropriação histórico-social*”. Segundo esses autores, o trabalho deve ser visto como instrumento de emancipação humana e não de alienação e subordinação.

---

1 O Decreto nº 12.354/2010 define Território de Identidade como “agrupamento identitário municipal, formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecido pela sua população como espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial”.

Não obstante, a concepção que esteve na base da criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, regulamentadas pelo Decreto 7.566/1909 assinado pelo presidente Nilo Peçanha reforçou sobremaneira e definiu de modo indelével a identidade dualista e tecnicista dessas instituições que atualmente se tornaram os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Definitivamente, em 1909 a necessidade de mão de obra qualificada não era o foco principal dessas Escolas, visto que, o país agrário-exportador possuía, em algumas regiões economicamente mais desenvolvidas apenas atividades manufatureiras incipientes (MOTA; SOUZA, 2014). O fator preponderante que se deve destacar como justificativa para a criação dessas escolas é:

o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência, que para isso se torna necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime (BRASIL,1909).

Assim, o “dever” do Estado era formar “cidadãos úteis” à Nação, pois com o aumento das populações na cidade, também aumentaria o número de trabalhadores livres que viriam a realizar as tarefas que eram associadas ao trabalho escravo, e para sanar esse problema, o governo teve que desenvolver um meio de “proteger a sociedade”, colocando esses trabalhadores nas escolas profissionais.

A partir dos anos 1930, a industrialização passa a exigir uma proposta de educação que prepare os trabalhadores para a indústria dentro de uma nova ordem social gerada pela acumulação do capital. Essa necessidade implicou em uma mudança no ensino profissional, que até então era voltado para a aprendizagem de ofícios, onde o aluno deveria ter o domínio das técnicas, adequando-se ao método das fábricas. Assim os jovens “desafortunados da sorte” eram preparados tecnicamente para atividades produtivas e para a divisão social do trabalho.

Com a criação das Leis Orgânicas da Educação Nacional, esse quadro não mudou: o ensino profissional manteve seu objetivo de dar uma formação aos filhos da classe operária, ou seja, àqueles que necessitavam ingressar precocemente no mercado de trabalho, enquanto o ensino regular e secundário era oferecido aos filhos da elite, configurando assim uma educação dual.

Essa dualidade foi novamente reforçada na década de 1990, quando em 1997, o governo federal baixou o Decreto nº. 2.208, desintegrando o ensino técnico do ensino médio, colocando a educação profissional de maneira paralela e complementar à educação básica. O objetivo desse decreto era modernizar o ensino médio e profissional do país, acompanhando o desenvolvimento tecnológico e atender as demandas e exigências do mundo do trabalho que exige flexibilidade, qualidade e produtividade. Em 2004, o Decreto 2.208/1997 foi revogado e um novo Decreto de número 5.154/2004, passou a vigorar possibilitando a integração da educação profissional ao ensino médio, fortalecendo o papel da formação para o trabalho e abrindo caminho para a criação de Sistemas Estaduais de Educação Profissional.

## **2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DA BAHIA**

Na Bahia, em especial na Rede Estadual de Ensino, a Educação Profissional passou a ser ofertada a partir do Decreto nº. 10.955/2007 que criou a Superintendência de Educação Profissional (SUPROF). A finalidade da SUPROF é executar atividades de planejamento, coordenação, acompanhamento, supervisão e avaliação, dentre outras atividades, no que diz respeito às políticas de educação profissional (programas, projetos, certificação e orientação profissional).

Em decorrência da política pública de ampliação da oferta e reestruturação da Educação Profissional na Bahia, que teve como marco a implantação da SUPROF em 2007, foi editado o Decreto nº. 11355/2008 que instituiu os Centros Estaduais e os Centros Territoriais de Educação Profissional (CEEPs e CETEPs). A criação desses centros visou: “o desenvolvimento social, econômico e ambiental, a interação da educação profissional com o mundo do trabalho e o incentivo à inovação e desenvolvimento científico-tecnológico” (BAHIA, 2011, p. 10).

Muitos desses centros eram antigos Colégios Modelos espalhados pelo Estado da Bahia, este foi o caso do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães situado no município de Santo Antônio de Jesus, transformado a partir de 2010 em Centro Territorial de Educação Profissional do Recôncavo. Outras escolas na região também passaram a oferecer cursos técnicos. Foram criados, em toda a Bahia, 32 Centros Territoriais e 34 Centros Estaduais de Educação Profissional e ainda foram ofertados cursos para outras 97 unidades.

De acordo com a SUPROF<sup>2</sup>, “a oferta de cursos ocorreu de acordo com as necessidades por qualificação e formação profissional nos Territórios de Identidade, apontadas por diferentes atores sociais e no Planejamento Plurianual Participativo (PPA-P)[da Bahia]”. Diante dessa necessidade a SUPROF contratou o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), e juntos desenvolveram metodologias para mapearem as demandas de educação profissional em todos os 27 Territórios de Identidade.

### 3 A OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL LOCAL

Em Santo Antônio de Jesus a Educação Profissional é ofertada em duas das três escolas públicas estaduais de ensino médio, que são o Colégio Estadual da Conceição Menezes (CEFCM) e o Centro Territorial de Educação Profissional do Recôncavo (CETEP – Recôncavo). O CEFCM, uma das maiores e mais antigas escolas da cidade, oferece o ensino médio regular e o integrado à educação profissional. Esta escola oferta o curso técnico em Comércio integrado ao ensino médio.

O CETEP – Recôncavo, oferta apenas a educação profissional nas formas integrada, subsequente e educação de jovens e adultos (PROEJA). Estas escolas passaram por adaptações para que pudessem oferecer a educação profissional, tais como: reforma, ampliação, equipagem de laboratórios e montagem do acervo bibliográfico, dentre outros (DIEESE, 2012, p.7).

No caso do CETEP – Recôncavo, essa adaptação foi bem mais evidente, devido à veiculação de propagandas na mídia local e em alguns jornais da Bahia. Este teve a sua inauguração em 10 de junho de 2010, pelo então governador Jacques Wagner e iniciou as suas atividades oferecendo os cursos técnicos em: (i) Logística, Enfermagem, Agropecuária e Segurança do Trabalho, na modalidade Ensino Médio Integrado à Educação Profissional; (ii) Enfermagem, na modalidade subsequente; e (iii) Logística, na modalidade PROEJA, possuindo 490 matrículas e com a estimativa de chegar a três mil vagas em 2012, conforme texto publicado pela Tribuna da Bahia (2010)<sup>3</sup>.

No ano de 2011, em Santo Antônio de Jesus, na modalidade integrada, houve uma oferta de 931 vagas, porém, a demanda por matrículas foi um pouco abaixo do esperado, pois desse total, houve apenas 776 matrículas efetuadas, como pode ser visto na Tabela 1 a seguir:

2 Conferir portal SEC: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/educacaoprofissional/centrosunidades/eixostecnologicoscursosofertados>

3 Atualmente o CEFCM oferece também o Curso Técnico em Contabilidade integrado ao ensino médio. Já o CETEP – Recôncavo oferece os cursos de Análise Clínica e Administração também integrados ao ensino médio. No entanto, por se tratarem de cursos recentes, não foram encontrados dados referentes a estes.

**Tabela 1** – Vagas e Matrículas Ofertadas

Município	Escolas	Eixos	Cursos	Turmas	Vagas	Matrículas
Santo Antônio de Jesus	2	3	5	20	931	776
<b>Total do Território de Identidade</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>12</b>	<b>52</b>	<b>1.826</b>	<b>1.387</b>

Fonte: DIEESE/SUPROF.

O foco deste trabalho se limitou aos cursos relativos ao eixo tecnológico Gestão e Negócios, especificamente os cursos técnicos em Comércio e Logística, por serem os que maior aderência possui com a atividade econômica da região, como será apresentado na próxima seção. Os outros dois eixos tecnológicos do município são: Ambiente, Saúde e Segurança e Recursos Naturais.

Em relação aos cursos mencionados, o quadro físico de oferta pode ser visto na Tabela 2: foram ofertadas para o curso técnico em Comércio, na modalidade integrada, no ano de 2011, 209 vagas, porém tiveram apenas 154 matrículas. O mesmo ocorre com o curso técnico em Logística, com a oferta de 239 vagas e 192 matrículas.

**Tabela 1** – Tabela 2 – Relação de vagas e matrículas por curso em 2011

Técnico em Comércio	Vagas	Matrículas
1º ano	90	78
2º ano	90	58
3º ano	29	18
<b>Total</b>	<b>209</b>	<b>154</b>

  

Técnico em Logística	Vagas	Matrículas
1º ano	120	120
2º ano	119	72
<b>Total</b>	<b>239</b>	<b>192</b>

Fonte: DIEESE.

Percebe-se que houve uma queda no número de matrículas do técnico em Comércio em todos os anos, um dado bastante considerável visto que este curso foi um dos primeiros a serem ofertados em Santo Antônio de Jesus e, como será visto, trata-se de uma área economicamente ativa no município. Já o técnico em Logística, apesar de apresentar queda, merece destacar que no 1º ano, todas as vagas foram preenchidas, representando uma maior procura por este curso. Todavia, já no 2º ano, das 119 vagas ofertadas, apenas 72 foram preenchidas, estes dados desvelam o quadro de evasão e retenção que ocorrem nos cursos. Essa realidade também se repete no curso de Logística do PROEJA, pois das 90 vagas ofertadas para o módulo I, houve apenas 19 matrículas e no módulo II, das 16 vagas, apenas 14 matrículas.

Essas informações serão de grande importância para a compreensão de como o quadro educacional está associado do arranjo produtivo do município de Santo Antônio de Jesus, que será apresentado na próxima seção.

#### 4 O DIAGNÓSTICO PRODUTIVO LOCAL

Antes de apresentar o diagnóstico local, se faz necessário trazer uma reflexão acerca do que seria um Arranjo Produtivo Local (APL). O termo “Arranjos Produtivos Locais” tem sido popularizado no Brasil desde o final da década de 1990 e ao longo dos anos 2000 por grupos de pesquisas tais como a Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos

Locais (REDESIST), com o intuito de “*entender os processos de desenvolvimento característicos do atual estágio do capitalismo, assim como estes tem sido incorporados por diferentes agências públicas e privadas de políticas*” (CASSIOLATO; MATOS, 2012, p. 190).

Assim, os APLs são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas, que apresentam vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. Esse conceito foi adotado pela REDESIST para definir situações onde as aglomerações produtivas ainda não estão completamente definidas. A partir das pesquisas sobre APLs desenvolvidas pela REDESIST, algumas políticas voltadas para o desenvolvimento produtivo vêm sendo desenvolvidas nos últimos anos no Brasil.

De acordo com Cassiolato e Matos (2012, p.192),

Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos representam fundamentalmente um quadro de referências, a partir do qual se busca compreender os processos de geração, difusão e a inovação e da dinâmica produtiva e inovativa. [...] em tende-se a produção e a inovação como processos sistêmicos que resultam da articulação de distintos atores e competências.

Para esses autores, apesar de os APLs apresentarem uma nomenclatura comum, existem muitas diferenças conceituais que apontam para diversas perspectivas analíticas. Assim no que diz respeito à base do dinamismo e da competitividade nos APLs, estes não se restringem apenas a uma empresa ou a um setor, mas associa-se às atividades e capacidades da cadeia de produção e de comercialização, envolve ainda as atividades responsáveis por assimilação, usos, aprendizagens, disseminação de conhecimentos e capacitações (CASSIOLATO; MATOS, 2012). É nessa perspectiva que foi realizado um diagnóstico físico da capacidade produtiva da cidade de Santo Antônio de Jesus e sua relação específica com o sistema de Educação Profissional.

A cidade de Santo Antônio de Jesus constitui uma das principais cidades do Recôncavo Baiano, situada as margens das rodovias BR 101, BA 046 e BA 026 (Mapa 1), a uma distância da capital de 192 km. O município possui uma extensão territorial de 261,348 Km<sup>2</sup> e uma população de 90.985 habitantes, com a estimativa de aumento populacional para 100.550 habitantes até o ano de 2014<sup>4</sup>, além de possuir um índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,7, de acordo o senso do IBGE de 2010.

---

4 Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Esses são os dados oficiais mais recentes sobre o município

**Figura 1** – Município de Santo Antônio de Jesus.



**Fonte:** Google Maps, 2015

De acordo com os referenciais sobre a dinâmica urbana do estado da Bahia, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, Santo Antônio de Jesus esteve entre os 30 maiores PIBs no estado da Bahia no ano de 2006, ocupando o 25º lugar, com uma renda de 554,3 milhões de reais e uma participação relativa de 0,6% no estado (BAHIA, 2009, p. 32).

Em 2012, o município apresentou os seguintes valores brutos adicionados: (i) 14.628 mil reais da agropecuária; (ii) 166.771 mil reais da indústria e; (iii) 798.936 mil reais dos serviços. O Gráfico 1 apresenta uma melhor visualização desses dados.

**Gráfico 1** – Gráfico 1 – Produto Interno Bruto do Município de Santo Antônio de Jesus, Bahia.

**Fonte:** IBGE.

A localização privilegiada de Santo Antônio de Jesus faz com que se destaque entre os demais municípios da região, e principalmente, por conta do desenvolvimento comercial que atrai a população das cidades do seu entorno em busca de serviços e consumo. A feira livre de Santo Antônio de Jesus é bastante frequentada e oferece produtos como: confecções, frutas, verduras, carnes e cereais. Além de se destacar no ramo comercial, a cidade também tem recebido indústrias de calçados, remédios, alimentos, colchões e estofados, vidros, isopor, plásticos dentre outros.

No que diz respeito à quantidade de empresas, a cidade possuía até 2012, o número de 2.486 unidades locais de acordo com as Estatísticas do Cadastro Central de Empresas do IBGE, sendo que o número de empresas atuantes era de 2.405 unidades (IBGE, 2014). Santo Antônio de Jesus possui ainda um polo industrial que conta com aproximadamente 15 empresas, situado às margens da BA 026, a 6 km do centro da cidade, empregando aproximadamente 2.020 pessoas, de acordo com a Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial da Bahia (SUDIC).